

Remeta-se ao Sr.(a) Director (a):

DAF  
 DPP  
 DOSU  
 DOS

22/06/2010

O PRESIDENTE DA CÂMARA  
 DESIDÉRIO JORGE DA SILVA



EDITAL

Despacho

Remeta-se ao Sr. (a) Vereador (a):

Sr. Vice-Presidente  
 Marlene Silva  
 Carlos Quintino  
 José Manuel Sequeira  
 Ana Pifaro

Para:

Os devidos efeitos

23/6/2010

O Presidente da Câmara  
 Desidério Jorge da Silva

**José Carlos Martins Rolo**, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, em falta do Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Desidério Jorge da Silva:

Torna público que, em reunião camarária de 07 de Julho de 2009, foi deliberado aprovar a criação do Conselho Municipal da Juventude de Albufeira, bem como o seu regulamento de constituição.

Mais faz saber que o mesmo foi aprovado em sessão da Assembleia Municipal de Albufeira em 28 de Julho de 2009.

E para que não se alegue desconhecimento se publica o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

Albufeira, 16 de Junho de 2010

**Na falta do Presidente da Câmara Municipal de Albufeira**

O Vice-Presidente

**Dr. José Carlos Martins Rolo**





## CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO

Maria Candéias de Oliveira, Assistente Operacional, certifico que, nesta data, afixei nos lugares do costume, diversos exemplares do edital referente à criação do **Conselho Municipal de Juventude de Albufeira**, emanado do Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal de Albufeira-----

Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino. -----

Câmara Municipal de Albufeira, 17 de Junho de 2010

Maria Candéias de Oliveira





## **REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE ALBUFEIRA**

### **Preâmbulo**

As Autarquias Locais são os órgãos que, devido à sua proximidade com a população, mais facilmente podem criar condições para uma efectiva participação dos cidadãos.

Os problemas e desafios que hoje se colocam à Juventude são cada vez mais complexos e diversificados. As questões ligadas ao emprego, educação e à formação, saúde, habitação, ocupação de tempos livres, ambiente e outras questões e problemáticas relacionadas com a juventude exigem, cada vez mais, uma profunda análise e reflexão mas, também, criatividade e inovação para encontrar as melhores soluções.

Neste sentido, e nos termos da Lei nº 8/2009 de 18 de Fevereiro é intenção do Município de Albufeira, mediante aprovação da Assembleia Municipal, criar o Conselho Municipal da Juventude. Pretende-se que seja um órgão que represente os jovens de Albufeira e que dele surjam propostas que não só ajudem a dar resposta a variadas questões, mas também permitam criar condições para que os jovens intervenham e dêem o seu contributo para o desenvolvimento do concelho, permitindo-lhes uma participação activa, quer na resolução dos seus próprios problemas, quer na procura das soluções às suas legítimas aspirações.

### **CAPÍTULO I**

#### **Disposições Gerais**

##### **Artigo 1.º**

###### *Definição*

O Conselho Municipal de Juventude é o órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude.

##### **Artigo 2.º**

###### *Objecto*



O presente regulamento tem como objecto a definição das regras que instituem o Conselho Municipal de Juventude do Município de Albufeira, bem como a sua composição, competências e modo de funcionamento.

### **Artigo 3º**

#### *Fins*

O Conselho Municipal de Juventude prossegue os seguintes fins:

- a) Colaborar na definição e execução das políticas municipais de juventude, assegurando a sua articulação e coordenação com outras políticas sectoriais, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e acção social;
- b) Assegurar a audição e representação das entidades públicas e privadas que, no âmbito municipal, prosseguem atribuições relativas à juventude;
- c) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento dos indicadores económicos, sociais e culturais relativos à juventude;
- d) Promover a discussão das matérias relativas às aspirações e necessidades da população jovem residente no município de Albufeira;
- e) Promover a divulgação de trabalhos de investigação relativos à juventude;
- f) Promover iniciativas sobre a juventude a nível local;
- g) Colaborar com os órgãos do município no exercício das competências destes relacionadas com a juventude;
- h) Incentivar e apoiar a actividade associativa juvenil, assegurando a sua representação junto dos órgãos autárquicos, bem como junto de outras entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;
- i) Promover a colaboração entre associações juvenis no seu âmbito de actuação.

## **CAPÍTULO II**

### **Composição**

#### **Artigo 4º**

#### *Composição do Conselho Municipal de Juventude*

A Composição do Conselho Municipal de Juventude é a seguinte:



- a) O Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, que preside;
- b) Um membro da Assembleia Municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal;
- c) O representante do município no Conselho Regional de Juventude;
- d) Um representante de cada associação juvenil com sede no município inscrita no Registo Nacional de Associações Jovens (RNAJ);
- e) Um representante de cada associação de estudantes do ensino básico e secundário com sede no município inscrita no RNAJ;
- f) Um representante de cada associação de estudantes do ensino superior com sede no município inscrita no RNAJ;
- g) Um representante de cada federação de estudantes inscrita no RNAJ cujo âmbito geográfico de actuação se circunscreva à área do concelho ou nas quais as associações de estudantes com sede no município representem mais de 50% dos associados;
- h) Um representante de cada organização de juventude partidária com representação nos órgãos do município ou na Assembleia da República;
- i) Um representante de cada associação jovem e equiparada a associações juvenis, nos termos do nº3 do artigo 3º da Lei nº 23/2006, de 23 de Junho, de âmbito nacional.

#### **Artigo 5º**

##### *Observadores*

O Regulamento do Conselho Municipal de Juventude pode ainda atribuir o estatuto de observador permanente, sem direito de voto, a outras entidades ou órgãos públicos ou privados locais, nomeadamente a instituições particulares de solidariedade social sedeadas no concelho e que desenvolvam a título principal actividades relacionadas com a juventude, bem como a associações juvenis ou grupos informais de jovens não registados no RNAJ.

#### **Artigo 6º**

##### *Participantes Externos*

O Conselho Municipal de Juventude pode, por deliberação, convidar a participar nas suas reuniões, sem direito de voto, pessoas de reconhecido mérito, outros titulares de órgãos da autarquia, representantes das entidades referidas no número anterior que não disponham do estatuto de observador permanente ou representantes de outras entidades públicas ou privadas



cuja presença seja considerada útil para os trabalhos.

### **CAPÍTULO III**

#### **Competências**

#### **Artigo 7º**

##### *Competências Consultivas*

1. Compete ao Conselho Municipal de Juventude emitir parecer obrigatório sobre as seguintes matérias:
  - a) Linhas de orientação geral da política municipal para a juventude, constantes do plano anual de actividades;
  - b) Orçamento municipal, no que respeita às dotações afectas às políticas de juventude e às políticas sectoriais com aquela conexas;
  - c) Projectos de regulamentos e posturas municipais que versem sobre matérias que respeitem às políticas de juventude.
2. O Conselho Municipal de Juventude deve ainda ser auscultado pela Câmara Municipal durante a elaboração dos projectos de actos previstos no número anterior.
3. Compete ao Conselho Municipal de Juventude emitir parecer facultativo sobre iniciativas da Câmara Municipal com incidência nas políticas de juventude, mediante solicitação da Câmara Municipal, do Presidente da Câmara ou dos Vereadores, no âmbito das competências próprias ou delegadas.
4. A Assembleia Municipal pode também solicitar emissão de pareceres facultativos ao Conselho Municipal de Juventude sobre matérias da sua competência com incidência nas políticas de juventude.

#### **Artigo 8º**

##### *Emissão dos Pareceres Obrigatórios*

1. Para efeitos de emissão dos pareceres obrigatórios previstos nas alíneas *a)* e *b)* do n.º 1 do artigo anterior, a Câmara Municipal deve solicitá-los imediatamente após a sua aprovação, remetendo os referidos documentos ao Conselho Municipal de Juventude.
2. Para efeitos de emissão do parecer obrigatório previsto na alínea *c)* do n.º 1 do artigo anterior, a Câmara Municipal deve solicitá-lo imediatamente após a aprovação do





regulamento para consulta pública, remetendo ao Conselho Municipal de Juventude toda a documentação relevante.

3. O parecer do Conselho Municipal de Juventude deverá ser remetido ao órgão competente para a deliberação final, no prazo máximo de 15 dias contados a partir da solicitação referida nos números anteriores.

### **Artigo 9º**

#### *Competências de Acompanhamento*

Compete ao Conselho Municipal de Juventude acompanhar e emitir recomendações aos órgãos do município sobre:

- a) A execução da política municipal de juventude;
- b) A evolução das políticas públicas com impacte na juventude do município, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e acção social;
- c) A incidência da evolução da situação sócio-económica do município entre a população jovem do mesmo;
- d) A participação cívica da população jovem do município, nomeadamente no que respeita ao associativismo juvenil.

### **Artigo 10º**

#### *Competências Eleitorais*

Compete ao Conselho Municipal de Juventude:

- a) Eleger o representante do Município de Albufeira no Conselho Regional de Juventude;
- b) Eleger um representante no Conselho Municipal de Educação.

### **Artigo 11º**

#### *Divulgação e Informação*

Compete ao Conselho Municipal de Juventude, no âmbito da sua actividade de divulgação e informação:

- a) Promover o debate e a discussão de matérias relativas à política municipal de juventude, assegurando a ligação entre os jovens residentes no município e os titulares



- dos órgãos da autarquia;
- b) Divulgar junto da população jovem residente no município as suas iniciativas e deliberações;
  - c) Promover a realização e divulgação de estudos sobre a situação dos jovens residentes no município.

### **Artigo 12º**

#### *Organização Interna*

No âmbito da sua organização interna, compete ao Conselho Municipal de Juventude:

- a) Aprovar o plano e o relatório de actividades;
- b) Aprovar o seu regimento interno;
- c) Constituir comissões eventuais para missões temporárias.

### **Artigo 13º**

#### *Competências em Matéria Educativa*

Compete ao Conselho Municipal de Juventude acompanhar a evolução da política de educação através do seu representante no Conselho Municipal de Educação.

### **Artigo 14º**

#### *Comissões Intermunicipais de Juventude*

O Conselho Municipal de Juventude pode estabelecer formas permanentes de cooperação, através da constituição de comissões intermunicipais de juventude no que respeita a políticas de juventude comuns.

## **CAPÍTULO IV**

### **Direitos e Deveres dos Membros do Conselho Municipal de Juventude**

#### **Artigo 15º**

##### *Direitos dos Membros do Conselho Municipal de Juventude*

1. Os membros do Conselho Municipal de Juventude identificados nas alíneas d) a i) do



artigo 4.º têm o direito de:

- a) Intervir nas reuniões do plenário;
  - b) Participar nas votações de todas as matérias submetidas à apreciação do Conselho Municipal de Juventude;
  - c) Eleger o representante no Conselho Municipal de Educação;
  - d) Eleger o representante do município no Conselho Regional de Juventude;
  - e) Propor a adopção de recomendações pelo Conselho Municipal de Juventude;
  - f) Solicitar e obter acesso à informação e documentação necessárias ao exercício do seu mandato, junto dos órgãos e serviços da autarquia, bem como das respectivas entidades empresariais municipais, caso existam.
2. Os restantes membros do Conselho Municipal de Juventude apenas gozam dos direitos identificados nas alíneas *a)*, *e)* e *f)* do número anterior.

### **Artigo 16º**

#### *Deveres dos Membros do Conselho Municipal de Juventude*

Os membros do Conselho Municipal de Juventude têm o dever de:

- a) Participar assiduamente nas reuniões do Conselho ou fazer-se substituir, quando legalmente possível;
- b) Contribuir para a dignificação dos trabalhos do Conselho Municipal de Juventude;
- c) Assegurar a articulação entre as entidades que representam e o Conselho Municipal de Juventude, através da transmissão de informação sobre os trabalhos deste.

## **CAPÍTULO V**

### **Organização e Funcionamento**

#### **Artigo 17º**

##### *Funcionamento*

1. O Conselho Municipal de Juventude pode reunir em plenário e em secções especializadas permanentes.
2. O Conselho Municipal de Juventude pode consagrar no seu regimento interno a constituição de uma comissão permanente que assegure o seu funcionamento entre reuniões do plenário.



3. O Conselho Municipal de Juventude pode ainda deliberar a constituição de comissões eventuais de duração temporária.

### **Artigo 18º**

#### *Plenário*

1. O plenário do Conselho Municipal de Juventude reúne ordinariamente quatro vezes por ano, sendo uma das reuniões destinada à apreciação e emissão de parecer em relação ao plano anual de actividades e ao orçamento do município e a outra destinada à apreciação do relatório de actividades do município.
2. O plenário do Conselho Municipal de Juventude reúne ainda, extraordinariamente, por iniciativa do seu Presidente ou mediante requerimento de, pelo menos, um terço dos seus membros com direito de voto.
3. Caso o Presidente não proceda à convocação do plenário no prazo de oito dias, contados da entrega do requerimento para o efeito, pode o primeiro subscritor do pedido remeter as convocatórias.
4. Caso o Presidente não compareça, nem se faça substituir na reunião convocada nos termos do número anterior, compete ao plenário a eleição de um Presidente *ad hoc* de entre os seus membros, em sessão presidida por um dos secretários da mesa ou pelos seus substitutos, preferindo o mais novo.
5. No início de cada mandato, o plenário elege dois secretários de entre os seus membros que, juntamente com o Presidente, constituem a mesa do plenário do Conselho Municipal de Juventude.
6. As reuniões do Conselho Municipal de Juventude devem ser convocadas em horário compatível com as actividades académicas e profissionais dos seus membros.

### **Artigo 19º**

#### *Comissão Permanente*

1. Compete à comissão permanente do Conselho Municipal de Juventude:
  - a) Coordenar as iniciativas do Conselho e organizar as suas actividades externas;
  - b) Assegurar o funcionamento e a representação do Conselho entre as reuniões do plenário;
  - c) Exercer as competências previstas no artigo 11.º que lhe sejam eventualmente delegadas pelo plenário, desde que consagrado no respectivo regimento.



2. O número de membros da comissão permanente é fixado no regimento do Conselho Municipal de Juventude e deverá ter em conta a representação adequada das diferentes categorias de membros identificados no artigo 4.º.
3. O Presidente da comissão permanente e os demais membros são eleitos pelo plenário do Conselho Municipal de Juventude.
4. Os membros do Conselho Municipal de Juventude indicados na qualidade de autarcas não podem pertencer à comissão permanente.
5. As regras de funcionamento da comissão permanente são definidas no regimento do Conselho Municipal de Juventude.

### **Artigo 20º**

#### *Comissões Eventuais*

Para a preparação dos pareceres a submeter à apreciação do plenário e para a avaliação de questões pontuais, pode o Conselho Municipal de Juventude deliberar a constituição de comissões eventuais de duração limitada.

## **CAPÍTULO VI**

### **Apoio à Actividade do Conselho Municipal de Juventude**

### **Artigo 21º**

#### *Apoio Logístico e Administrativo*

O apoio logístico e administrativo ao Conselho Municipal da Juventude e aos eventos organizados por sua iniciativa, nomeadamente a realização de encontros de jovens, colóquios, seminários, conferências ou a edição de materiais de divulgação, é da responsabilidade da Câmara Municipal.

### **Artigo 22º**

#### *Instalações*

1. O Município de Albufeira disponibilizará instalações condignas para o funcionamento do Conselho Municipal de Juventude, bem como para o funcionamento dos serviços de apoio.



2. O Conselho Municipal de Juventude pode solicitar a cedência de espaço à Câmara Municipal para organização de actividades e audição de entidades.

#### **Artigo 23º**

##### *Publicidade*

O Conselho Municipal de Juventude publica as suas deliberações e divulga as suas iniciativas através do Boletim Municipal e de outros meios informativos disponibilizados pelo Município de Albufeira.

#### **Artigo 24º**

##### *Sítio na Internet*

1. O Conselho Municipal de Juventude deve divulgar na *Internet* as suas iniciativas e deliberações bem como manter informação actualizada sobre a sua composição, competências e funcionamento.
2. O Município de Albufeira deve disponibilizar uma página no seu sítio de *Internet* para os fins previstos no número anterior.

### **CAPÍTULO VII**

#### **Disposições Finais e Transitórias**

#### **Artigo 25º**

##### *Regimento Interno do Conselho Municipal de Juventude*

O Conselho Municipal de Juventude aprova o respectivo regimento interno do qual devem constar as regras de funcionamento que não se encontram previstas no Código do Procedimento Administrativo e no presente regulamento, bem como a composição e competências da comissão permanente.

#### **Artigo 26º**

##### *Dúvidas e Omissões*

Caso não estejam previstas na lei geral, dúvidas e omissões ao presente regulamento serão



resolvidas por deliberação da Câmara Municipal, sob proposta do Vereador com o Pelouro da Juventude, fundamentada na informação do Presidente do Conselho Municipal de Juventude.

#### **Artigo 27º**

##### *Duração dos Mandatos*

1. A duração geral do mandato do Conselho Municipal de Juventude é coincidente com os mandatos autárquicos.
2. Não obstante o disposto do número anterior, os representantes a que se refere o artigo 4.º podem ser substituídos em qualquer altura por deliberação válida da respectiva entidade.

#### **Artigo 28º**

##### *Entrada em Vigor*

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

